



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE


### **ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.**

Às 13h46min do dia 9/7/18, no Plenário Camil Caram, sob a presidência do vereador Doorgal Andrada e com a presença dos vereadores Autair Gomes, Dimas da Ambulância e Irlan Melo e da vereadora Nely Aquino, reuniu-se a Comissão de Legislação e Justiça da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Da ORDEM DOS TRABALHOS, constou: I - Aprovação de atas: não tendo recebido impugnação das atas da 17ª, da 18ª e da 19ª reuniões ordinárias, realizadas em 11, 18 e 25/6/18, respectivamente, e da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/6/18, o presidente declarou-as aprovadas, nos termos regimentais. II - Discussão e votação: EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 747/18 – “Pedido de informação ao Procurador-Geral do Município de Belo Horizonte para obter informações referentes ao pedido de envio do parecer da PGM sobre os aspectos legais e constitucionais da PL 577/18”. Autoria: vereadores Doorgal Andrada e Pedro Lula Patrus. Antes de colocar esse requerimento de comissão em discussão, o vereador Doorgal Andrada, a pedido do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Pesquisa, Perícias, Informações e Congêneres de Minas Gerais - Sintappi-MG, procedeu à entrega, aos membros da comissão, de formulário que contém as competências e atividades técnicas da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans. O vereador Autair Gomes apresentou questão de ordem, com base no § 2º do art. 80 do Regimento Interno - RI. Declarou que, segundo esse dispositivo, esgotado o prazo do relator sem que este apresente o seu parecer, o presidente da comissão designará outro membro para substituí-lo, o qual terá prazo de cinco dias úteis, sem direito a prorrogação. O vereador Autair Gomes registrou que o vereador Doorgal Andrada, relator do Projeto de Lei nº 577/18, não



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

havia, até aquele momento, emitido parecer relativo a esse projeto, tendo, consequentemente, perdido prazo para fazê-lo. Assim sendo, solicitou que o presidente indicasse outro relator e que, nesse caso, estaria impedido de, novamente, autonomear-se relator. O presidente, às 13h51min, suspendeu a reunião por cinco minutos. Reaberta a reunião, às 13h58min, o presidente explicou que, nos termos regimentais, ele teria o prazo de um dia útil, ou seja, até às 19 horas do dia 10/7/18, para designar novo relator para o Projeto de Lei nº 577/18, pelo fato de não ter apresentado seu parecer. Destacou, no entanto, que, caso ele apresentasse seu relatório até o fim daquele prazo, ficaria dispensado daquela indicação. O vereador Autair Gomes indagou se o vereador Doorgal Andrada continuara sendo relator do Projeto de Lei nº 577/18. O vereador Doorgal Andrada reafirmou que, em razão da perda de prazo, ele tem de designar novo relator, mas que, se até às 19 horas do dia 10/7/18, ele apresentasse seu relatório, não mais seria necessário designar novo relator. O vereador Irlan de Melo lembrou que, caso o relatório seja apresentado no próximo dia útil, já na próxima semana esse relatório poderia ser apreciado pela comissão, que poderá ser rejeitado, caso em que novo relator será designado, ou aprovado, o que levará o projeto para apreciação por outras comissões. O presidente declarou, então, estar deferida a questão de ordem apresentada pelo vereador Autair Gomes. Foi, então, colocado em discussão o Requerimento de Comissão nº 747/18. Discutiram o requerimento a vereadora Nely Aquino e os vereadores Doorgal Andrada, Autair Gomes e Irlan Melo. O presidente registrou a presença do vereador Pedro Lula Patrus, que também discutiu esse requerimento de comissão. Colocado em votação, o Requerimento de Comissão nº 747/18 foi aprovado, com voto contrário da vereadora Nely Aquino e do vereador Autair Gomes. EM PRIMEIRO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 367/17 - “Dispõe sobre a consolidação municipal referente à acessibilidade, atendimentos preferenciais e direitos da pessoa com deficiência da cidade de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Irlan Melo. Parecer do relator, vereador Doorgal Andrada, pela constitucionalidade,





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ilegalidade e regimentalidade. Discutiu o projeto o vereador Irlan Melo. Colocado em votação, o parecer foi aprovado, por unanimidade. Registre-se que, por ser autor do projeto, o vereador Irlan Melo não participou dessa votação. EM SEGUNDO TURNO: 2) Projeto de Lei nº 442/17 - “Estabelece a autonomia das Unidades Municipais de Educação Infantil - Umeis -, transformando-as em Escolas Municipais de Educação Infantil - Emeis -, cria o cargo comissionado de Diretor de EMEI, as funções públicas comissionadas de Vice-Diretor de Emei e de Coordenador Pedagógico Geral, o cargo comissionado de Secretário Escolar, os cargos públicos de Bibliotecário Escolar e de Assistente Administrativo Educacional e dá outras providências”. Autoria: Executivo – Mensagem nº 22, de 27/10/17. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Doorgal Andrada, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade de todas emendas e subemendas. EM PRIMEIRO TURNO: 3) Projeto de Lei nº 575/18 – “Dispõe sobre o compartilhamento de bicicletas em vias e logradouros públicos no município de Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: vereador Gabriel. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Doorgal Andrada, pela constitucionalidade, legalidade e pela regimentalidade. 4) Projeto de Lei nº 578/18 – “Regulamenta a modalidade, o valor expresso e o prazo para utilização dos créditos dos cartões do sistema de transporte coletivo por ônibus do município”. Autoria: vereador Pedro Bueno. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Autair Gomes, pela ilegalidade, pela regimentalidade e pela constitucionalidade. 5) Projeto de Lei nº 579/18 – “Determina prazo para expedição de atestado de óbito e para comunicação de óbito às Serventias (Cartórios) de Registro Civil de Pessoas Naturais”. Autoria: vereador Reinaldo Gomes. Aprovado o parecer da relatora, vereadora Nely Aquino, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade. Registre-se a abstenção dos vereadores Irlan Melo e Doorgal Andrada. 6) Projeto de Lei nº 580/18 – “Proíbe a fabricação, a venda, a comercialização, a distribuição e a circulação, a qualquer título, de brinquedos, réplicas



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e simulacros de armas de fogo ou que com essas possam se confundir, bem como armas de pressão que lancem projéteis de qualquer tipo de metal”. Autoria: vereador Pedro Bueno. Aprovado o parecer da relatora, vereadora Nely Aquino, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade. Registre-se a abstenção dos vereadores Irlan Melo e Doorgal Andrada. 7) Projeto de Lei nº 583/18 – “Dispõe sobre a desafetação de bem público, autoriza a alienação, mediante venda ou permuta, da área que menciona e dá outras providências”. Autoria: vereador Léo Burguês de Castro. Aprovado o parecer da relatora, vereadora Nely Aquino, pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade. Registre-se a abstenção dos vereadores Irlan Melo e Doorgal Andrada. 8) Projeto de Lei nº 585/18 – “Dispõe sobre a Propaganda Volante no Município”. Autoria: vereador Álvaro Damião. Aprovado o parecer do relator, vereador Autair Gomes, pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade. Registre-se a abstenção dos vereadores Irlan Melo e Doorgal Andrada. 9) Projeto de Lei nº 587/18 - “Dispõe sobre a desafetação de bem público, autoriza a alienação, mediante venda ou permuta, da área que menciona e dá outras providências”. Autoria: vereador Léo Burguês de Castro. Aprovado o parecer do relator, vereador Autair Gomes, pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade. Registre-se a abstenção da vereadora Nely Aquino e do vereador Doorgal Andrada. 10) Projeto de Lei nº 589/18 – “Altera a Lei nº 8.616/2003, que Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Osvaldo Lopes. Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Nely Aquino, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade. O presidente registrou a presença do vereador Elvis Côrtes. 11) Projeto de Lei nº 591/18 – “Institui como área do conhecimento a ser introduzido no contra turno das escolas municipais de educação integrada o tema noções de direito por meio do programa ‘direito na escola”. Autoria: vereador Rafael Martins. Aprovado o parecer do relator, vereador Doorgal Andrada, pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade. Registre-se a abstenção da



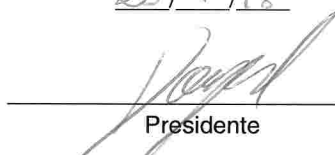
## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

vereadora Nely Aquino. 12) Projeto de Lei nº 593/18 – “Institui a Lei Dona Fininha, que dispõe sobre a proteção aos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais de Belo Horizonte”. Autoria: vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella. Aprovado o parecer da relatora, vereadora Nely Aquino, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade. Registre-se a abstenção dos vereadores Autair Gomes, Irlan Melo e Doorgal Andrada. 13) Projeto de Lei nº 599/18 – “Institui o Programa de Adoção de Centros de Saúde no Município e dá outras providências”. Autoria: vereador Irlan Melo. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Doorgal Andrada, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade. Registre-se que, por ser autor do projeto, o vereador Irlan Melo não participou dessa votação. Registre-se, também, a abstenção da vereadora Nely Aquino. 14) Projeto de Lei nº 600/18 – “Institui o Programa Cuidador de Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida ou de Doentes Crônicos no Âmbito da Estratégia de Saúde da Família no âmbito Municipal”. Autoria: vereador Irlan Melo. Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Nely Aquino, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade. Registre-se que, por ser autor do projeto, o vereador Irlan Melo não participou dessa votação. EM REDAÇÃO FINAL: foi aprovado, por unanimidade, o parecer de redação final dos seguintes projetos de lei: 1) Projeto de Lei nº 1.310/14 – “Dispõe sobre a instalação de Câmeras de Videomonitoramento nas Academias ao Ar Livre do Município de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Dr. Nilton. 2) Projeto de Lei nº 118/17 – “Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo e dá outras providências”. Autoria: vereador Juliano Lopes. 3) Projeto de Lei nº 196/17 – “Dispõe sobre a cassação do alvará de funcionamento de empresas e postos estabelecidos no município que revenderem combustíveis adulterados e dá outras providências”. Autoria: vereador Irlan Melo. IV - Outros Assuntos: o presidente deu ciência à comissão do Ofício Dirleg nº 2215/18, informando que já se



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

encontra disponível para consulta a resposta ao Requerimento de Comissão nº 559/18 que consolidou todas as questões das comissões sobre a execução orçamentária da Prefeitura de Belo Horizonte. Com a palavra, o vereador Irlan Melo convidou a todos para participarem de seminário de iniciativa desta comissão intitulado *Os Desafios da Comunicação Política*, a ser realizado em 11/7/18, às 8 horas. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 14h30min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo(a) presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA  
(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)  
distribuída em avulso, no dia 13/7/18, não  
foi apresentada impugnação no prazo regimental.  
23/7/18  
  
\_\_\_\_\_  
Presidente